

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 519.698 - RJ (2019/0193617-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CINTHIA RODRIGUES MENESCAL PALHARES - RJ094625
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : GABRIEL DA CUNHA BARBOZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de GABRIEL DA CUNHA BARBOZA – preso preventivamente no contexto de aparente tentativa de roubo simples – contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro denegou a medida pleiteada naquela instância, nos autos de n. 0019405-56.2019.8.19.0000 (e-STJ fl. 25):

HABEAS CORPUS . ROUBO SIMPLES TENTADO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO QUE MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. HOMOGENEIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Paciente que encontra-se preso desde 01/08/2018, pela prática, em tese, do crime do artigo 157, caput, n/f do art. 14, II, ambos do Código Penal, tendo sua prisão em flagrante sido convertida em preventiva em 03/08/2018 e negada sua revogação, pela segunda vez, pelo Juízo coator em 02/04/2019 durante a AIJ. Autoridade de piso que manteve a prisão preventiva alicerçada em fatos concretos, reveladores da necessidade da medida, em obediência ao artigo 93, inciso IX da Constituição Federal. Prescindibilidade de prova concludente da autoria delitiva para a adoção da prisão preventiva. Justificativa para negar ao ora paciente o pedido libertário que se baseou em dados concretos, não havendo o que se falar em constrangimento ilegal. Jurisprudência do STF que tem sido tranquila no sentido de legitimar a custódia cautelar, quer seja para evitar a prática de reiteraões criminosas, quer seja para coibir a sensação de impunidade que gera o descrédito nas instituições públicas. Não há o que se falar, ainda, que a prisão cautelar ofende o princípio da presunção de inocência, eis que deriva de sua periculosidade e não de presumida culpabilidade, entendimento

Superior Tribunal de Justiça

em consonância com jurisprudência do STJ. Eventuais condições pessoais favoráveis ao paciente, não representam a garantia necessária e suficiente para a revogação do ergástulo cautelar, devendo estas condições serem analisadas junto ao contexto fático trazido aos autos. Afronta ao princípio da homogeneidade que não se verifica. Em caso de eventual condenação, o julgador não está adstrito a requisitos de ordem puramente objetiva, o que importa concluir ser prematura a afirmação de que o paciente, terá sua pena substituída ou cumprirá a privativa de liberdade no regime aberto. Isto, somente o conjunto probatório colhido em Juízo dirá. Medidas cautelares impressas no artigo 319 do Código de Processo Penal que, pelo menos por ora, se mostram inadequadas e insuficientes, ressaltando que a próxima Audiência de Instrução e Julgamento encontra-se redesignada para o próximo dia 11 de junho de 2019. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PEDIDO IMPROCEDENTE. ORDEM DENEGADA.

A defesa sustentou que está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, tendo em vista que o paciente se mantém preso preventivamente desde 1º/8/2018, sem que a demora possa ser atribuída à defesa.

Em liminar e no mérito, pediu a expedição do alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fl. 72).

Vieram informações das instâncias ordinárias (e-STJ fls. 74/82).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do pedido (e-STJ fls. 88/91).

É o relatório. **Passo a decidir.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em 27/8/2019, foi relaxada a prisão preventiva do paciente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente

Superior Tribunal de Justiça

mandamus.

Intimem-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

